

## Moção “Unidade de Execução Alcântara Poente”



Em outubro de 2017, no decorrer do prazo de consulta e discussão pública sobre a operação de loteamento – Alcântara Poente, a Junta de Freguesia de Alcântara manifestou a sua oposição ao referido loteamento.

Como origem dessa oposição estavam na altura uma série de dúvidas que foram encaminhadas para a Câmara Municipal de Lisboa.

A construção de um conjunto de edifícios de escritórios e habitação que previa trazerem diariamente para Alcântara cerca de 6000 pessoas, levantou uma série de dúvidas para as quais, na altura da discussão pública desta unidade de execução, considerou a Junta de Freguesia carecerem de esclarecimentos mais aprofundados.

Foram apresentadas questões sobre o estacionamento e sobre a “pressão” que a execução deste projeto traria a uma freguesia que tinha na altura um défice de estacionamento muito acentuado. A inexistência de um estudo sobre o reforço de transportes públicos que servissem Alcântara foi também referido e manifestado.

Foi referida a inexistência de um estudo de tráfego final onde se percebesse quais os sentidos de trânsito a implementar com a construção destes edifícios e de que forma esse tráfego estaria ligado à construção do novo Hospital da CUF. A proposta apresentada na altura previa o fecho do troço inicial da Av. da Índia e o encaminhamento do tráfego para a Rua de Cascais pela Avenida 24 de Julho. Esta solução foi sempre recusada pela Junta de Freguesia.

Foi manifestada uma preocupação acentuada com as drenagens subterrâneas e superficiais com especial relevo para as intervenções previstas no trecho final do caneiro de Alcântara.

Foram por último referidas questões urbanísticas e de volumetria que, à semelhança de outros projetos na área, se configuram como intervenções que manifestamente não se enquadram nem no local, nem no restante edificado onde estão inseridos.

Apesar destas objeções da Junta de Freguesia e de outras apresentadas por diversas entidades, a Unidade de Execução Alcântara Poente foi aprovada, estando neste momento em construção os primeiros dois edifícios.

Torna-se para já evidente que a altura destes edifícios em nada reflete o local onde estão inseridos e que atentam no mínimo aos planos de vistas da cidade de Lisboa.

A população de Alcântara assiste neste momento à construção de mais um edifício que “fere” de forma acentuada a ligação das populações das freguesias ribeirinhas ao rio, seja na forma da mobilidade e aproveitamento do tecido urbano, seja através do não cumprimento dos planos de vistas de Lisboa.

Os eleitos do PS (***a adicionar outros partidos que se queiram associar***) na Assembleia de Freguesia de Alcântara, em sessão ordinária de 29 de abril de 2022, propõem que a Assembleia delibere:

- 1) Aprovar esta Moção que assinala a preocupação com que os Alcantarenses assistem ao avançar das obras dos primeiros edifícios da Unidade de Execução Alcântara Poente
- 2) Recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia de Alcântara que promova a criação de um grupo de trabalho que avalie de forma técnica esta unidade de execução

3) Recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia de Alcântara que solicite uma reunião com caráter de urgência ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e à Senhora Vereadora do Pelouro do Urbanismo.

4) Enviar esta Moção ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, à Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, aos Vereadores da Câmara Municipal da Lisboa e aos grupos parlamentares da Assembleia Municipal de Lisboa.

5) Dar conhecimento desta moção nos locais de estilo da Junta de Freguesia de Alcântara.

Alcântara, 29 de abril de 2022

Pelos eleitos do PS **(a adicionar outros partidos que se queiram associar)**